
RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

RAE 02/2018

Data: 3 de julho de 2018

Horário: das 15h às 17h15min

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças

Membros do Comitê de Gestão Estratégica e Governança Corporativa:

Desa. Vania Cunha Mattos – Presidente

Des. Marçal Henri dos Santos Figueiredo – Corregedor Regional

Desa. Carmen Izabel Centena Gonzalez – Diretora da Escola Judicial

Des. Cláudio Antônio Cassou Barbosa - Presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Bárbara Burgardt Casaletti – Diretora-Geral

Onélio Luis Soares Santos – Secretário-Geral Judiciário

Rodrigo Fontes Corrêa – Secretário-Geral da Presidência

Maria Eneida Giordani – Secretária da Corregedoria.

Coordenação:

Carolina da Silva Ferreira - Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Convidados:

Des. João Paulo Lucena – Coordenador da Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho

Maurício Oliveira Agliardi – Coordenador do Memorial da Justiça do Trabalho

Natacha Moraes de Oliveira – Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Diogo de Seixas Grimberg – Secretário Executivo da Escola Judicial

Jeferson Andrade – Assessor Técnico-operacional da Corregedoria

Francisco José Fetter Furtado - Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Apoio e registro:

Rodrigo Menezes Citrin - Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais

Romy Bruxel – Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Pauta:

- Desdobramentos do Plano Estratégico: Memorial da Justiça do Trabalho, Escola Judicial e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- Proposta de Metas para 2019
- Resultados das metas - janeiro a maio de 2018

Abertura:

Desa. Vania deu as boas-vindas aos presentes e sugeriu que as apresentações iniciassem pela Escola Judicial.

Desenvolvimento:

Desa. Carmen delegou a apresentação da Escola Judicial ao Diogo e se colocou à disposição para esclarecimentos ao final.

Diogo agradeceu o espaço concedido à Escola Judicial, salientou o ineditismo da iniciativa e informou que faria uma apresentação de cunho institucional. Iniciou relatando sobre o porquê da criação das Escolas Judiciais, associando o motivo à Missão do TRT4. Na sequência explicou a atual estrutura da Escola Judicial, que foi alterada no segundo semestre de 2017. Com a alteração, o orçamento foi duplicado, o quadro de pessoal foi aumentado em 50% e o público alvo foi ampliado em dez vezes, em decorrência da incorporação da atribuição de capacitação de servidores da área meio da instituição. Ressaltou que foram feitas adaptações de ordem física, teórica e normativa na Escola. Apresentou o novo organograma da Escola Judicial e a nominata dos integrantes da Direção, da Coordenação Acadêmica, do Conselho Consultivo e da Comissão da Revista. Em seguida, destacou que a concepção de

aprendizagem reservada aos magistrados teve seu conceito estendido, com adaptações, para a formação dos servidores. Destacou, a partir deste ano, a adoção de metodologias ativas de ensino pela Escola Judicial. Sinalou as diferenças de atuação da Escola conforme se trate das fases de ingresso ou de estabilização de magistrados ou servidores na carreira. Concluiu sua apresentação destacando que a formação e aperfeiçoamento constantes são um direito da sociedade e tendem à obtenção de um serviço de qualidade na administração da Justiça. Destacou que o aprimoramento das decisões judiciais prestigia socialmente o trabalho do juiz e a instituição em que inserido, podendo representar um caminho seguro ao alcance da visão prevista no mapa estratégico do Tribunal.

Desa. Carmen complementou, defendendo que a decisão de transferir a capacitação de servidores para a Escola Judicial demonstrou ter sido correta, tendo otimizado custos. Destacou a importância da oferta de cursos a distância, diante do cenário de cortes orçamentários. Informou também que a Escola Judicial passará a publicar uma revista jurídica, de cunho estritamente técnico. A revista eletrônica, que vinha sendo mensal, passará a ser trimestral.

Desa. Vania destacou que é um desafio, para a Escola Judicial, fazer também a capacitação dos servidores.

Finalizada a apresentação da Escola Judicial, Desa. Vania passou a palavra para Maurício, para que apresentasse o Plano Estratégico do Memorial. Maurício agradeceu a oportunidade e informou que o plano estratégico do Memorial foi elaborado no segundo semestre de 2017, com a assessoria da AGE, e que ainda está pendente de validação pela Comissão Coordenadora do Memorial. Apresentou as declarações de Missão e Visão e a Matriz SWOT do Memorial. Destacou como um dos pontos fortes a qualidade do acervo. Como ponto fraco, citou a baixa inserção do Memorial junto ao público interno da Justiça do Trabalho. Em seguida apresentou os nove objetivos estratégicos definidos para o órgão. Entre eles, citou “Ampliar o acesso à informação contida no acervo” e “Prestar apoio a pesquisas realizadas no acervo do Memorial”. Mencionou que atualmente o Memorial conta com seis deficientes auditivos fazendo a digitalização do acervo, o que foi viabilizado por meio de contrato com a Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Como não haveria tempo para apresentar todos os indicadores e metas vinculados a cada objetivo, elegeu o objetivo “Preservar, organizar e conservar a documentação da Justiça do Trabalho” para detalhar. Os indicadores associados a esse objetivo são a preservação da documentação, que tem como

uma das metas preservar 100% dos processos ajuizados no TRT4. Outro indicador relativo ao mesmo objetivo é a preservação da documentação, que tem como uma das metas catalogar e organizar 300 processos ao ano. Ao final, mostrou a relação de iniciativas que serão desenvolvidas pelo Memorial para atingir os objetivos. Serão 35 no total, distribuídas ao longo de 5 anos.

Desa. Vania perguntou sobre a digitalização de acórdãos, que até 1983 eram encadernados e desde 1996 são digitalizados. Maurício esclareceu que os acórdãos posteriores a 1983 estão no depósito e não estão organizados.

Des. Lucena complementou a apresentação do Maurício, falando em nome da Comissão Coordenadora do Memorial. Disse que o que foi apresentado aparece pouco para o público externo, que conhece o Memorial principalmente pelas exposições, palestras e eventos culturais. Salientou que o Memorial desempenha várias outras funções além das culturais, integrando a rede de museus, o Conselho Nacional de Arquivos e colaborando com outras áreas do TRT. Destacou a importância da interação do Memorial com a sociedade, que acaba resultando em captação de doações para o acervo. Por fim, agradeceu a oportunidade concedida ao Memorial de apresentar o seu Plano Estratégico.

A apresentação do Plano Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações foi feita pela Natacha, que lembrou que a área faz planejamento estratégico desde 2010, época do primeiro plano estratégico institucional. Ressaltou o cuidado que a área sempre tem para garantir que o seu Plano esteja alinhado com o plano institucional, com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações do CSJT e com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). Como Missão, explicou que a SETIC existe para que a jurisdição seja prestada. A Visão é a eficiência na gestão, principalmente considerando o alto volume de investimentos que a área demanda. Explicou que o foco do atual ciclo de planejamento estratégico é o usuário final, destacando que a TI deve falar a língua do Tribunal. Ao apresentar a Matriz SWOT, citou como pontos fortes o fato de trabalhar com equipe própria, adequadamente dimensionada e com elevado nível técnico. Como ponto fraco, citou a ausência de acordos de nível de serviço entre as unidades da própria SETIC. Citou como oportunidade o fato de a atividade jurisdicional ser dependente de tecnologia da informação, o que oportuniza que a TI “diga a que veio”. Como ameaça, citou as oscilações orçamentárias e a dependência do orçamento inscrito no Sistema Integrado de Gestão da Informação (SIGI-JT), o que nem sempre garante os produtos mais adequados às

necessidades do TRT4. Na sequência, Natacha apresentou o Mapa Estratégico da SETIC, contendo 8 objetivos estratégicos. O objetivo da perspectiva “Resultados” é “Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários”. Apresentou as metas vinculadas aos objetivos e suas respectivas medições, sendo que a maioria das metas tem sido atingida. Explicou que o indicador relativo ao orçamento foi alterado, deixando de considerar o valor empenhado para considerar o valor executado. Em relação a esse indicador, a meta para 2018 é de 85%. Por fim, citou que a área divide as iniciativas em projetos e ações estratégicas, sendo que as últimas são mais simples do que os projetos, não tem burocracia, mas também contribuem com os objetivos estratégicos. Encerrou sua apresentação indicando que no portal do TRT4 existe *link* para “Governança em TIC”, onde podem ser encontrados os dados mencionados na apresentação.

Des. Cassou comparou a área de TI a uma grande empresa trabalhando dentro do Tribunal. Disse que a Comissão de Informática (atual Comitê de Governança de TIC) é bastante atuante e que os magistrados que o integram participam de frequentes reuniões de trabalho, buscando meios de fazer com que os sistemas atendam melhor aos usuários. Por fim, parabenizou a SETIC pelo reconhecimento que tem obtido nacionalmente.

Terminadas as apresentações das áreas, Carolina abordou o segundo assunto da pauta, a Proposta Inicial de Metas (PIME) para 2019. A PIME foi elaborada sob a coordenação do CSJT e precisa ser debatida no âmbito dos TRTs. A manifestação de cada Regional deve ser encaminhada ao Conselho. Explicou que em junho foi oportunizado a magistrados, servidores e público externo que opinassem sobre as metas de 2019, por meio de formulário eletrônico google. Informou que 12,4% dos magistrados e 10,7% dos servidores participaram da consulta, que obteve um total de 415 respondentes. Além dessa consulta, a PIME foi discutida com as áreas técnicas, em reunião específica. No processo participativo foi perguntado, em relação a cada meta, se ela contribui para que a Justiça do Trabalho atinja determinado macrodesafio (por exemplo, tornar a Justiça do Trabalho mais célere e produtiva) e se o percentual proposto para a meta estava adequado. Carolina ressaltou que, de maneira geral, a maioria dos respondentes responderam “sim”. Havia, no questionário, espaço livre para que os participantes dessem sugestões de aprimoramento em relação às metas. Carolina disse que a AGE irá separar as sugestões por temas e encaminhar para as áreas. Desa. Carmen afirmou ter interesse no material obtido e ressaltou a importância de que seja realmente disponibilizado. Carolina prosseguiu, esclarecendo que as principais mudanças propostas nas Metas para

2019 se referem às Metas Nacionais 1 (Julgar mais processos do que os distribuídos) e 5 (Encerrar número maior de execuções do que as iniciadas no período). No ano de 2017 o percentual relativo a essas metas foi reduzido para 90% e em 2018 foi novamente alterado, para 92%. Historicamente, o percentual era de 100%. A Justiça do Trabalho foi o único ramo do Judiciário para o qual o percentual foi reduzido por dois anos. A proposta do CSJT para 2019 é que o percentual retorne para o patamar de 100%. Em relação às demais metas nacionais, a proposta é que os percentuais sejam mantidos. Em relação ao percentual de 100% para as Metas 1 e 5, Carolina defendeu o retorno aos 100% originais, para evitar a formação de resíduo. Apresentou o desempenho do TRT4 nessas metas, sendo que no período de janeiro a maio de 2018 o TRT4 alcançou 120% na Meta 1, puxado pelo excelente desempenho do primeiro grau. Um dos motivos para o bom desempenho decorre da redução da demanda no primeiro grau. A meta 5 também obteve um bom desempenho, atingindo 106% no período de janeiro a maio. Outras metas que o TRT4 atingiu no período de janeiro a maio foram a redução do acervo dos maiores litigantes, o tempo médio de tramitação dos processos originários de 2º Grau e o índice de processos arquivados sem dívida. Carolina submeteu à apreciação do Comitê o percentual relativo às metas 1 e 5. Des. Marçal fez analogia com filme “Sully, o herói do rio Hudson”, destacando a importância de se considerar o fator humano ao estabelecer e cobrar metas. Citou como exemplo de empecilho ao atingimento de metas o elevado número de mandados de segurança que tem sido recebido pelo 2º grau em função da extinção de processos, pelo 1º Grau, pelo fato de os pedidos não virem com valores líquidos. Desa. Vania defendeu que o 1º e o 2º Grau “precisam se entender”. Disse que falta alinhamento entre o primeiro e o segundo graus; que é necessário seguir uma mesma linha de decisão, caso contrário o estoque de processos (pendentes de julgamento) irá aumentar ainda mais. Considera o atual estoque de processos assustador. Citou que há casos em que existem de seis a sete mil processos contra uma mesma empresa e que em relação a esses grandes litigantes o TRT já está organizando reuniões e obtendo bons resultados. Des. Cassou avaliou que o cenário atual é reflexo da reforma na legislação trabalhista, que dificultou a formação de jurisprudência. Sugeriu que alguns assuntos sejam levados ao Tribunal Pleno para que ele norteie o que precisa ser seguido. Acredita que a Meta 1 será atingida, porém é necessário melhorar o ambiente. Desa. Vania frisou que os juízes devem julgar conforme a SeEX, podendo ressaltar o seu entendimento. Acredita que se o advogado souber que a decisão não será alterada, não entrará com recurso. Desa. Carmen sugeriu que seja feita reunião institucional

para definir temas que poderão ser discutidos pelo Tribunal Pleno. Sugeriu que seja feita uma consulta virtual, em relação a qual os magistrados manifestariam concordância ou não. Colocou a Escola Judicial à disposição para viabilizar a sugestão. Onélio argumentou que existem outros fatores a considerar ao definir as metas. Disse que o volume de trabalho no 2º Grau tem aumentado bastante, sem o correspondente aumento da força de trabalho. Mencionou o alto índice de recorribilidade em Recursos de Revista, que está em cerca de 60%. Carolina retomou o assunto, solicitando que o Comitê se manifestasse acerca do percentual proposto para as metas 1 e 5. Desa. Vania defendeu que o percentual fosse de mais de 100%. Des. Marçal disse que, embora tivesse defendido que fosse considerado o fator humano na definição das metas, a Corregedoria está usando as ferramentas disponíveis para agilizar a execução e se empenhando em adotar melhores práticas.

Ao final, o Comitê aprovou a meta de 100% para as Metas 1 e 5 e a manutenção dos demais percentuais propostos na PIME para 2019.

Desa. Vania agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Relatório redigido por mim, Romy Bruxel, servidora lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente aos presentes para validação.